



A Indústria em Portugal de Pombal à I República: Revolução Industrial ou Industrialização?

JOSÉ AMADO MENDES

Universidade de Coimbra

Universidade Autónoma de Lisboa

9

RESUMO

O texto que ora se publica, revisto e aumentado, serviu de base à conferência proferida na Universidade da Beira Interior, no dia 26 de Junho de 2014, no âmbito das Comemorações dos 250 anos da Real Fábrica de Panos. Aqui se disserta sobre o grande fenómeno da primeira grande Revolução Industrial Inglesa, na sua forma primitiva. Depois, percorrem-se a segunda e a terceira e percebe-se a quarta a vir na sucessão da utilização de diferentes fontes de energia, novidades técnicas e processos produtivos. Ao conceito de revolução, contrapõe-se o conceito de industrialização, observando esta em particular no território português e fazendo a geografia da indústria transformadora portuguesa nos dois últimos séculos. Fica adiante também uma súmula da principal bibliografia para o estudo da industrialização portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE

Revolução Industrial, Industrialização, Geografia Produtiva Portuguesa.

ABSTRACT

The text that is now published, revised and enlarged, it served as the basis for the conference given at the University of Beira Interior, on June 26, 2014, within the scope of the 250th Anniversary Commemorations of the Royal Textile Factory. Here we talk about the great phenomenon of the first great English Industrial Revolution, in its primitive form. Then, the second and third are followed, and the fourth is followed in the succession of the use of different sources of energy and the use of technical innovations and new productive processes. The concept of revolution contrasts with the concept of industrialization, observing this in particular in Portuguese territory and making the geography of the Portuguese manufacturing industry in the last two centuries. A summary of the main bibliography for the study of Portuguese industrialization is also presented.

KEYWORDS

Industrial Revolution, Industrialization, Portuguese Productive Geography.

INTRODUÇÃO

Com a queda do Antigo Regime e o advento da modernidade, operaram-se na sociedade profundas transformações políticas, culturais e socioeconómicas. Embora tradicionalmente se considerasse a Revolução Francesa de 1789 como um marco decisivo nesse processo – apontado, inclusive, como ponto de viragem entre a Idade Moderna e a Contemporânea –, o certo é que aquele evento, apesar de relevante, constituiu somente o início de um longo processo que viria a prolongar-se por cerca de um século, condicionado pelos diversos contextos em que se processou. Consoante o ponto de vista adotado podemos focar, por exemplo, as seguintes vertentes: a) esfera política, com as **revoluções liberais**; b) alterações verificadas na agricultura e no regime de propriedade, consideradas por alguns autores como a **revolução agrícola**; c) desenvolvimento dos **transportes e comunicações**, com o advento do caminho-de-ferro e da navegação a vapor; d) **revolução demográfica**; e) alteração nos **costumes e comportamentos**, com a ascensão da “burguesia conquistadora”, como lhe chamou Charles Morazé (1965); f) profundas transformações no **sector secundário**, sendo este último que aqui privilegiarei. De facto, muito da nossa qualidade de vida e bem-estar deve-se aos progressos verificados no âmbito industrial, do qual também os outros sectores – primário e terciário – têm beneficiado, em numerosos domínios (tecnologia, gestão, métodos e processos de trabalho, etc.). Todavia, antes de entrar propriamente no tema, convirá refletir um pouco sobre os conceitos, designadamente de **Revolução Industrial** e

industrialização que já foquei, de forma sucinta, noutros trabalhos (Mendes 1974:16-25 e 2010: 75-88). Voltarei ao assunto mais adiante mas, desde já, podem formular-se algumas questões acerca da primeira: a) quantas houve? b) quando tiveram lugar e como se caracterizaram? c) tratou-se de um fenómeno nacional ou transnacional? d) terá ocorrido uma Revolução Industrial em Portugal? Antes de responder a estas questões vejamos, de forma sucinta, o caso português.

A INDÚSTRIA EM PORTUGAL DE FINAIS DE SETECENTOS À REVOLUÇÃO LIBERAL

Mais do que ruturas, registou-se um *continuum*, desde o 3.º Conde de Ericeira, em finais do século XVII, até à atualidade. J. Borges de Macedo chamou a atenção para a continuidade do desenvolvimento tecnológico, independentemente do regime político vigente (Monarquia, República, Estado Novo), desde finais do século XIX até aos anos de 1930 (Macedo 1979). Nos inícios do século XVIII, celebrou-se o conhecido Tratado de Methuen, entre Portugal e a Grã-Bretanha (1703). Visou favorecer ambos os países nas trocas comerciais, designadamente a exportação de vinho de Portugal para aquele país e a importação de lanifícios britânicos. Numa interpretação tradicional, mas incorreta – além do mais porque anacrónica –, “culpava-se” o referido tratado pela não existência de uma Revolução Industrial em Portugal ou, pelo menos, pela sua industrialização tardia. Ora, deve dizer-se que, nessa altura, nem sequer a Inglaterra – “berço da dita revolução” – tinha iniciado esse processo, o que só viria a acontecer três quartos de século mais tarde (últimas décadas de Setecentos). Por outro lado, como bem observou Jorge Borges de Macedo, quando muito a vinda de tecidos britânicos apenas teria afetado a indústria dos lanifícios e, mesmo esta, praticamente só a localizada no litoral, dada a dificuldade de os tecidos importados penetrarem no interior do País, em virtude dos rudimentares meios de transporte então disponíveis (Macedo 1968 e 1982). Por sua vez, no reinado de D. João V (1707-1750), entre outras iniciativas, deve destacar-se a criação da Real Fábrica de Vidros de Coina (Concelho do Barreiro), que laborou de 1719 a 1747, e que viria a constituir os alicerces da Indústria vidreira da Marinha Grande, para onde a dita fábrica foi transferida em 1747 e onde laborou até 1767 (Mendes 2002: 55-62). No reinado de D. José (1750-1777), sob os auspícios do Marquês de Pombal, um novo impulso foi dado ao fomento industrial, com destaque para a indústria vidreira e dos lanifícios. Assim, precisamente em 26 de Junho de 1764, foi fundada a Real Fábrica de Panos da Covilhã, marco importante na industrialização da já apelidada “Manchester Portuguesa” (Pinheiro 2008). Por seu turno, cinco anos depois, mais precisamente em 7 de Julho de 1769, foi atribuído a Guilherme Stephens o alvará da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande (Mendes 2002: 62-69), a qual veio a ser como que a “mãe” de muitas outras unidades vidreiras que, mais tarde, ali viriam a instalar-se. Para a transferência da indústria do vidro de Coina (Real Fábrica de Vidros) para a Marinha Grande muito contribuiu a abundância de combustível no Pinhal de Leiria ou Pinhal do Rei, tendo sido concedida a autorização a Guilherme Stephens para utilizar a respectiva lenha. Com D. Maria I, cujo reinado decorreu de 1777 a 1816, embora sob a regência do Príncipe D. João, por motivos de doença da monarca, desde os inícios dos anos de 1790, não obstante a “viradeira” do ponto de vista político, no domínio industrial, registou-se uma certa continuidade, mais do que rutura. Todavia, passou a verificar-se uma menor intervenção estatal. Com as Invasões Francesas (1807-1810), no âmbito da Guerra Peninsular, surgiram tempos difíceis, tendo ficado muitos estabelecimentos industriais em ruína ou, pelo menos, decadentes.

PRIMÓRDIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO (1821-ANOS 1870)

Após algumas tentativas falhadas, finalmente, a máquina a vapor arranca em Portugal, meio século depois de ter sido patenteada, em Inglaterra, por James Watt (1769). Com efeito, além da sua utilização nos transportes navais entre Lisboa e Porto, em 1821, começou igualmente a ser utilizada na indústria, em Lisboa, na zona de Alcântara (Reis 2006). Acrescente-se, no entanto, que esse evento não significou propriamente o início da Revolução Industrial em Portugal, pois a difusão dessa tecnologia foi muito lenta, pouco ultrapassando a meia centena o número de máquinas em funcionamento no País, em

meados de Oitocentos. Porém, nas décadas seguintes (1850-1880), registou-se um certo incremento no processo de industrialização, como se comprova pela constituição do número de sociedades anónimas (embora nem todas do ramo industrial) nesse período. Por distritos, sob este ponto de vista, destacaram-se os de Lisboa, Porto e Braga (Quadro 1).

Sede	N.º	%
Aveiro	3	1,16
Beja	2	0,78
Braga	12	4,67
Bragança	4	1,56
Évora	2	0,78
Coimbra	4	1,56
Castelo branco	2	0,78
Faro	3	1,16
Guarda	1	0,39
Lisboa	116	45,13
Portalegre	3	1,16
Porto	84	32,68
Viana do Castelo	7	2,72
Viseu	2	0,78
Vial Real	5	1,95
Angra	1	0,39
Funchal	2	0,78
Londres	4	1,56
Total:	257	100

Quadro 1 – Sociedades Anónimas existentes em Portugal até 1875

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal. 1875*, p. 306-339.

MEIO SÉCULO DE INDUSTRIALIZAÇÃO (1880-1930): PERSPECTIVA GLOBAL

Através do *Inquérito Industrial* de 1881 – fonte notável para o conhecimento da temática – é possível obter uma panorâmica razoável acerca da indústria nos inícios da década de 1880. Assim, verifica-se que, de um total de 1350 estabelecimentos, a sua maior concentração registava-se nos distritos de Lisboa e Porto, seguindo-se os de Castelo Branco, Guarda e Santarém. Quanto ao valor da produção, salientavam-se os distritos do Porto, Lisboa, Castelo Branco e Braga (Quadro 2 e Gráfico 1). Note-se que a indústria têxtil, na altura em expansão, muito contribuiu para o desempenho industrial nos distritos indicados, sobretudo os lanifícios nos distritos da Guarda e Castelo Branco, em especial na Covilhã e da indústria algodoeira nos distritos de Porto e Braga.

Distritos	N.º de instalações	Pessoal	Valor da produção (em contos)
Aveiro	12	1 208	228
Braga	16	1 981	1 329
Castelo Branco	74	2 845	1 651
Faro	37	1 157	707
Guarda	45	1 441	328
Leiria	35	3 252	711
Lisboa	227	11 211	10 203
Porto	556	63 104	10 216
Santarém	44	1 580	360
Outros distritos (ilhas)	304	3 219	1 595
Total	1350	90 998	27 328

Quadro 2 – A Indústria portuguesa em 1881
Fonte: Mendes, *in* (Rodrigues e Mendes 1999: 229).

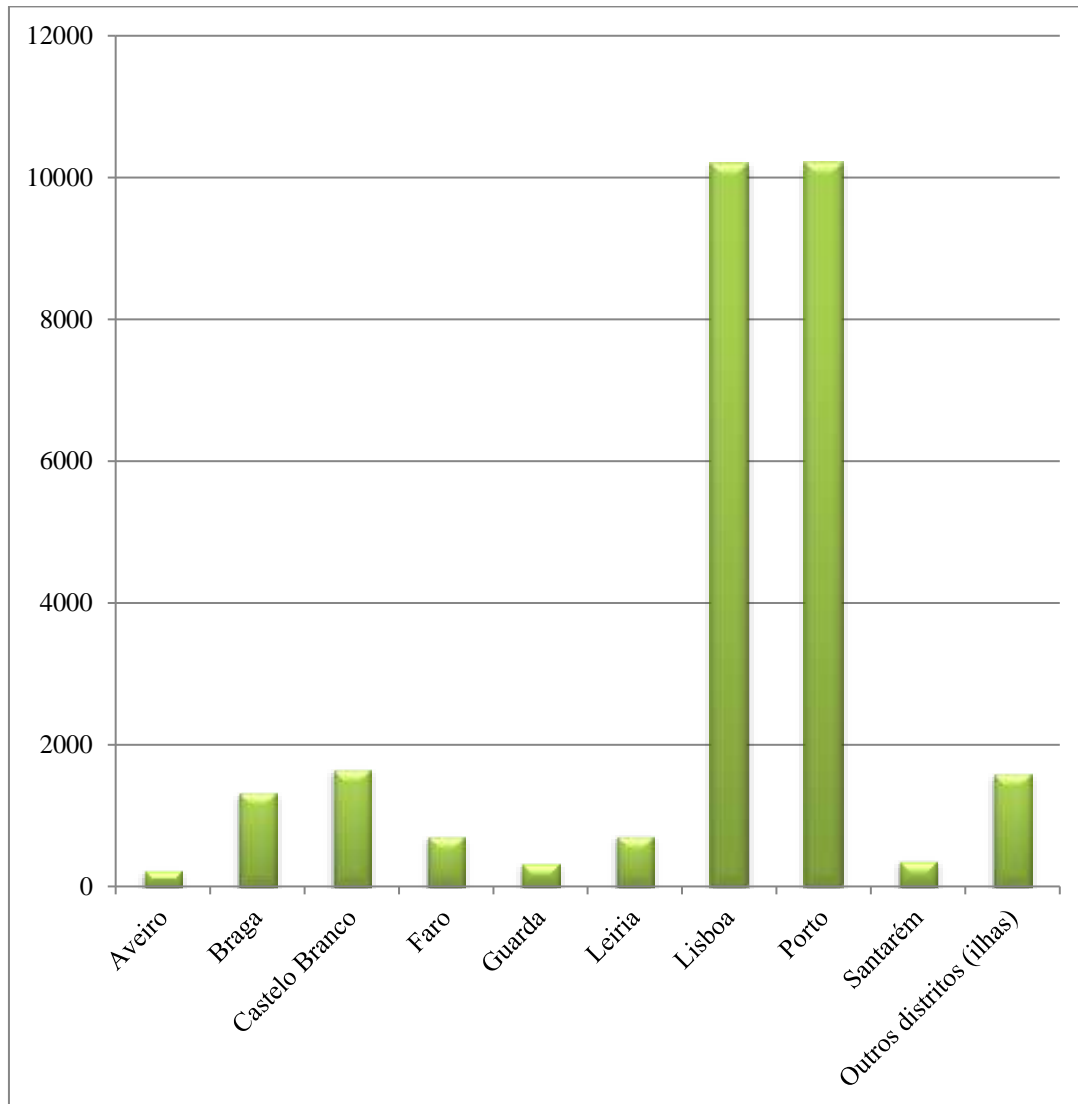


Gráfico 1 - A Indústria portuguesa em 1881: valor da produção (em contos)
 Fonte: Mendes, *in* (Rodrigues e Mendes 1999: 229).

DÉCADA DE 1880: AMBIENTE FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Nos anos de 1880, começou a respirar-se, em Portugal, um ambiente favorável à industrialização, como se comprova por alguns exemplos a seguir referenciados. Apesar de ter sido criado por legislação anterior, foi de facto nessa década que se verificou o verdadeiro arranque do ensino técnico industrial, com a criação de várias escolas, em 1884. Por outro lado, foi também pela mesma altura que se realizaram diversas exposições a nível regional, as quais também contemplavam o sector secundário. Recordem-se, igualmente em 1884, as realizadas em Guimarães (da qual resultou, em grande medida, a criação da Escola Industrial de Guimarães), Aveiro e Coimbra. Foi também na mesma década que se concretizou a realização de estágios por operários portugueses em fábricas estrangeiras de referência (1884-1886), cuja seleção foi efetuada através de concurso, aberto a nível nacional (Mendes 1980: 49-51). É certo que se tratava de uma iniciativa já proposta anteriormente, mas que só alguns anos mais tarde se concretizou. Com efeito, pode ler-se nas conclusões”, na 4.ª e última parte, a páginas 300 do *Inquérito Industrial* de 1881, acima mencionado: «Que se reformem os Institutos Industriais de Lisboa e Porto, generalizando-se a instrução profissional e prática; que se ordene a publicação e tradução de livros que tratem de assuntos industriais e que se envie, a praticar nos grandes estabelecimentos fabris [estrangeiros], um certo número de operários».

ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA TRANSIÇÃO DO SÉC. XIX PARA O XX

Foi neste período que se começaram a definir as principais zonas industriais do País, caracterizadas pela respetiva especialização. No caso do Vale do Ave, radicou-se aí a indústria algodoeira – parte da qual por transferência do distrito do Porto –, substituindo a atividade artesanal do linho, beneficiando da tradição de uma cultura técnica ancestral. Entre 1845, a criação da importante Fábrica do Rio Vizela, e 1896, instalaram-se ali dez grandes fábricas, quatro das quais precisamente na última década de Oitocentos (Alves 1999: 377 e Mendes e Fernandes 2002). Entretanto, outras indústrias se foram dispersando pelo País, em vários casos, reforçando a sua tradição e especialização já antigas, designadamente:

- Os **lanifícios**: Covilhã, Castanheira de Pera e Coimbra;
- O **vidro**: Marinha Grande, Figueira da Foz e Porto-Vila Nova de Gaia;
- **Olaria e cerâmica**: entre outras localidades, em Aveiro, Coimbra, Pombal e Caldas da Rainha;
- **Papel**: Santa Maria da Feira-Paços de Brandão, interior do distrito de Coimbra e região de Tomar;
- **Chapelaria** e o fabrico de **lápiz**: em São João da Madeira;
- **Conservas**: Matosinhos, Setúbal e Algarve;
- **Cortiça**: concelho de Santa Maria da Feira, Alentejo e Algarve (Rodrigues e Mendes 1999).

O enquadramento histórico da evolução da indústria nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX foi já feito por outros (Lains 2003; Lains e Silva 2005; e Reis, 1987. Nos alvares da I Guerra Mundial, já o panorama da indústria portuguesa patenteava um desenvolvimento considerável, se tivermos em conta o que se verificava apenas meio século antes (Quadro 3). Pelos dados apresentados, verifica-se quer uma certa proliferação de unidades industriais em número considerável, ao todo 5693 estabelecimentos, quer uma enorme preponderância das pequenas e médias empresas, cujo número de operários, por estabelecimento, era em muitos casos inferior à dezena e só raramente ultrapassava a meia centena.

Recorde-se, porém, que o avanço da industrialização no período considerado (c. 1890-1930) não se fez apenas por meio das indústrias históricas, mas também com o importante contributo de novas indústrias e o recurso a tecnologias inovadoras que iam estando disponíveis. Quanto às primeiras, recordem-se os **produtos químicos** com destaque para os adubos, graças aos progressos da CUF, com o dinamismo de Alfredo da Silva, após a transferência da empresa para o Barreiro em 1908 (Faria e Mendes 2010) e os **cimentos** com Henrique Sommer e José Osório da Rocha e Melo, em Maceira Liz, cujas instalações foram inauguradas em 1923, depois da implantação das de Alhandra e Outão. Relativamente às tecnologias, verificou-se nesse período a difusão das seguintes que muito contribuíram para o aumento da produção e da produtividade:

- **Têxtil**: fiação e tecelagem mecânicas;

- **Papel:** máquina de papel contínuo e pasta de celulose como matéria-prima, em substituição do tradicional trapo;
- **Vidro:** forno a tanque e fabrico semiautomático, seguido do automático posteriormente (anos 1950-60);
- **Conservas:** lata soldada (Macedo 1979);
- **Cerâmica:** fabrico mecânico e novos produtos, como a telha Marselha, vinda de França, e o tijolo furado (Rodrigues e Mendes 1999).

Circunscrição/Distrito	n.º de Estabelecimentos	Força motriz - n.º de Motores	Potência	n.º de Operários	n.º de operários por estabelecimento
1.ª - Braga	103	137	6 050,5	6 615	64,2
1.ª - Porto	559	614	24 737,2	25 392	45,4
1.ª - Vila Real	9	6	89	49	5,4
1.ª - Bragança	11	10	193	36	3,2
2.ª - Aveiro	211	77	2 491	4 949	23,4
2.ª - Viseu	66	19	363	613	9,2
2.ª - Guarda	83	118	2 219,55	2 583	31,1
2.ª - Castelo Branco	135	172	3 303	3 997	29,6
2.ª - Coimbra	127	78	2 245,75	2 495	19,6
3.ª - Lisboa	1 821	-	-	46 967	25,7
3.ª - Leiria	167	-	-	2 410	14,4
3.ª - Santarém	219	-	-	3 735	17
3.ª - Portalegre	61	24	1 240,50	1 606	26,3
4.ª - Évora	48	61	820	464	9,6
4.ª - Beja	20	37	891	246	12,3
4.ª - Faro	92	77	1 135	5 019	54,5
5.ª - Angra do Heroísmo	572	229	602	1 377	2,4
5.ª - Ponta Delgada	865	495	1 672,5	3 361	1,5
5.ª - Horta	524	175	453,75	948	1,8
Total	5693	2329	48 506,75	112 862	396,6

Quadro 3 – A indústria em Portugal nos inícios da I República (1910-1914)

Fonte: Mendes, *in* (Rodrigues e Mendes 1999: 265)

Sob a perspetiva tecnológica, Portugal, como país “retardatário” em termos de industrialização, pôde beneficiar das inovações já disponíveis no mercado, o que lhe trouxe algumas vantagens. Por exemplo, em termos energéticos, verificou-se um fenómeno curioso, que foi o aproveitamento, quase em simultâneo, de três tipos de energia: hidráulica, a vapor e elétrica. Assim, tendo o arranque da industrialização começado sobretudo à custa da roda e da turbina hidráulicas até meados de Oitocentos, quando a máquina a vapor se difundia pelo País, na segunda metade do século XIX, surgiu a eletricidade, com vantagens consideráveis, o que fez diminuir o período do “reinado” do vapor na indústria portuguesa.

PROTAGONISTAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Para o desenvolvimento industrial registado contribuíram óbvia e decisivamente os diversos intervenientes – empresários, técnicos e operários –, embora com destaque para os primeiros, a quem coube, em última análise, a decisão de criar as empresas e instalar as respetivas fábricas nas localidades onde investiram. Não obstante o seu papel crucial no processo de desenvolvimento, o respetivo estudo não tem despertado grande interesse por parte dos investigadores, salvo raras exceções. De muitos deles, pouco ou nada sabemos, sendo também patente a ausência da maior parte dos seus nomes, em instrumentos de trabalho como enciclopédias e dicionários. Para essa relativa indiferença têm contribuído, sobretudo, dois fatores: a) um de carácter ideológico, como têm constatado vários autores – também relativamente a outros países –, pelo facto de os empresários se encontrarem do “outro lado da barricada”, isto é, do lado do capital e não do lado do trabalho, o que não agrada aos ideais de influência marxista; b) outro científico ou metodológico, que tem levado à não valorização da biografia, uma vez que o individual não permite fazer ciência, pelo que se têm privilegiado os fenómenos de massa, suscetíveis de tratamento estatístico. No entanto, já Ferreira Dias, em meados dos anos de 1940, chamava a atenção para alguns dos empresários mais emblemáticos, nos seguintes termos:

Quem garantiu o êxito a Alfredo da Silva quando em 1907 empreendeu a grande obra do Barreiro, a maior unidade industrial portuguesa, que dá hoje trabalho a 5000 pessoas? (Faria e Mendes 2010) Quem garantiu o êxito a Narciso Ferreira quando, em 1900, com a primeira fábrica algodoeira, lançou os fundamentos do que é hoje a risonha povoação de Riba d’Ave? Quem garantiu o êxito a Henrique Sommer quando, em 1920, pôs de pé a admirável obra da Maceira [fábrica de cimento, em Maceira-Liz, inaugurada em 1923]? Quem levou estes três homens (para só falar dos que já morreram) à situação de merecerem o reconhecimento dos portugueses pelos instrumentos de riqueza que criaram?

E responde o autor: «Levou-os a sua intuição, esta guarda avançada do raciocínio mais lesta e mais segura do que êle» (Dias Júnior 1945: 208-209). Muitos outros nomes de industriais se poderiam referir, tanto nacionais com estrangeiros que, por motivos diversos, resolveram investir no sector secundário. Apenas a título exemplificativo – além dos já referidos por Ferreira Dias –, recorde os seguintes nomes, uns mais e outros menos conhecidos, cuja investigação urge prosseguir, não apenas em relação aos “grandes patrões da indústria portuguesa” (Mónica 1990), mas também no que concerne aos pequenos e médios empresários como tem sido feito (Mónica 1887 e Lisboa 2002):

- **Metalurgia:** João Burnay; fundadores da Companhia Aurifícia, no Porto em 1869, Joaquim Rodrigo Pinto, Pedro Augusto da Costa e Miguel Gonçalves Curado da Silva; Eduardo Duarte Ferreira que instalou uma importante fábrica de máquinas agrícolas no Tramagal.

- **Têxtil algodoeira:** além da “dinastia” iniciada, iniciada por Narciso Ferreira, José Lourenço Soares, dito “brasileiro” que fundou a Fábrica do Bugio, em 1877 e Manuel Alves Salazar que instalou a Fábrica do Caído em 1873, no Vale do Ave.
- **Lanifícios:** Mendes Veiga e Campos Mello na Covilhã, Planas Dória em Coimbra.
- **Vidro:** Famílias Barosa, Ricardo Gallo, Beltrão e Magalhães na Marinha Grande, Dâmaso em Vieira de Leiria e Barbosa e Almeida em Porto-Vila Nova de Gaia;
- **Papel:** Domingos Ardisson que fundou, precisamente na nascente do Rio Almonda nas proximidades de Torres Novas, uma fábrica, onde a atual RENOVA mantém a laborar uma das suas unidades.
- **Cortiça:** antes do domínio da “dinastia” Amorim, os ingleses Robinson e Reynolds, no Alentejo, e Clemente Menéres, em Romeu (Trás-os-Montes).
- **Moagem:** Manuel Mendes Godinho que se estabeleceu em Tomar, dando origem à Sociedade Manuel Mendes Godinho & Filhos que muito fez pela cidade.